



Escrevivências de uma Professora Afroindígena

Noélia da Silva Miranda de Araújo

noeliamiranda71@hotmail.com

DOI: 10.22481/odeere.v3i5.4146

Resumo: O relato em questão, parte de escrituras afroindígenas construídas nas fronteiras do ser afro e ser Pataxó, interseccionando-as com minhas experiências de se construir professora e escritora. Neste

sentido, o relato tem como objetivo partilhar os caminhos da docência-militância em torno da temática étnico-racial, bem como o trabalho de compor narrativas infanto-juvenis sobre essa temática.

Palavras-chave: Escrivivência; Afroindígena; Étnico-racial; Docência; Literatura Infanto-juvenil.

Abstract: The report in question, part of Afroindigenous studies built on the borders of being Afro and be Pataxó, intersecting them with my experiences of building teacher and writer. In this sense, the purpose of the report is to share the teaching-militancy paths around the ethno-racial theme, as well as the work of composing children's and juvenile narratives on this theme.

Keywords: Ethnic-racial; Teaching; Children's Literature.

Escrever não é uma tarefa fácil, mas quando escrevemos o que vivemos isso se torna muito prazeroso, sabendo que a fluidez do texto ultrapassa as regras ortográficas e a necessidade da decência de concordâncias às vezes, um tanto insignificativa com suas normativas de uma língua dita “cult”. Como diz um grande cantor que admiro, o Fernando Anitelli, “acredito que errado é aquele que fala correto e não vive o que diz”.

Então, vamos à nossa escrituras!

Como iniciar falando de minhas experiências, sem falar de meus ancestrais? Acredito que é impossível fazer esse recorte de algo relevante no qual forja o que sou e o que selecionei manter

na minha narrativa de vida. Começarei falando sobre minha avó materna, uma índia Pataxó do Sul da Bahia. Não pense que a história aqui contada será do século XVI, mas a prática exploratória e colonialista perdura até os dias de hoje.

Era o ano de 1951, no litoral Sul da Bahia, em uma comunidade indígena, no qual o povo Pataxó já vivia dias infernais, pois recebiam ameaças vindas de senhores invasores que chegavam à região indígena para construir fazendas. As práticas para amedrontar e afugentar os índios de suas terras era rotineira. Nesse cenário, uma família indígena com muitos filhos temia o pior. E começaram a oferecer suas filhas às pessoas da cidade para que pudessem levá-los da aldeia para que tivessem chances de sobrevivência, o medo maior era com as meninas, temiam que essas fossem estupradas pelos invasores, tendo em vista que essa prática era realidade.

Um viajante filho de um fazendeiro que vendia búfalos passou por aquela aldeia, nesses dias de fogo, luta e sofrimento. Por ser conhecido como “gente boa”, expressou desejo de casar com a filha mais nova dessa família. Deste modo, aos 14 anos, minha avó foi levada para uma vila próxima. Ela, sem falar muito bem português, resistiu, fugiu mata adentro com medo, a família chorava, mas pensavam que aquela fosse a única saída para que a filha não fosse violentada ou morta pelos novos invasores da região. Não teve jeito, precisou casar com o viajante vendedor de búfalos.

O seu futuro esposo (meu avô), um jovem rapaz junto a seus familiares arranhou logo o casamento oficial. Eles casaram, mas a menina índia não aceitou e lutava para fugir. Com medo da fuga, o então, marido, a trancava em um cômodo da casa grande, aonde ela vivia dias de tristeza e muita angústia. Em fevereiro de 1952, descobre que está grávida, e demonstrando preocupação com a criança, um dia desistiu de tudo aquilo.

Gravida, frágil e fraca emocionalmente, decidiu fazer greve de fome no final do 6º mês de gravidez, e no dia 4 de outubro daquele ano, enquanto ela morria em trabalho de parto, sua filha vinha ao mundo com um choro quase inaudível, deixando toda casa perplexa e silenciosa. Um último suspiro de dor veio acompanhado de um choro pequeno e muita dor. Nasce uma menina, a minha mãe.

A *Karrukê* (filha) teve o nome escolhido pela mãe, já que dizia que se fosse menina, a mesma deveria se chamar Devany. A pequena menina nasceu com graves problemas nos ossos, demorou a andar, falar e interagir, sofria violência das outras crianças da casa. Ela era arrastada pelo cabelo nos corredores da casa e quintal. Seu pai quando a olhava, dizia ver o rosto da mãe, ele não soube lidar com a situação, a deixou na casa do avô e foi embora constituir outra família. Devany só tinha o amor de uma pessoa, uma prima mais velha, que mais tarde casou e foi embora

para outro estado.

Já adulta, ela conhece um jovem negro (meu pai), apaixonam-se e começam um relacionamento, ela engravida e já nos dias de parir sua primeira filha (eu), eles têm uma briga por conta de ciúmes. Meu pai, ameaça de me roubar, acusa minha mãe de “desmiolada” e que ela não teria capacidade de cuidar da filha. Com medo, sem saber o que fazer, ela foge primeiro, levando sua pequena e uma mala de roupas quase vazia. Segue em direção à casa de sua prima Francisca, aquela, a única pessoa que lhe deu amor de verdade, começando uma nova vida no Norte do Espírito Santo.

Devany sobreviveu a tantos abandonos e violências, que até hoje ela não gosta de ouvir essa história. Acho que para amenizar sua dor algumas coisas apagaram de suas memórias. Agora em 2018, com 66 anos, Devany é casada há 21 anos, mas só oficializou esse amor aos 60 anos, com direito a uma linda festa com bolo e beijo na boca, leva uma vida sossegada, mora numa casinha simples, é aposentada, gosta de pescar, doa seu tempo ajudando a quem precisa, inclusive os cachorros abandonados, gosta de plantas, mexe com a terra, ama os assobios dos pássaros, tem um periquito de estimação no quintal e ainda cria galinhas para comer nos domingos. É uma senhorinha sensível e sorridente, mas o choro continua inaudível. Ela teve 5 filhos, 4 meninos e uma menina (eu), os dois primeiros, no qual me incluo, não teve condições de “criar”, por isso, foram adotados consensualmente dentro da família.

Essa herança guerreira e de dor não nos assombram, mas nos dá força de continuar caminhando na luta contra as injustiças sociais, principalmente as violências contra as mulheres negras e indígenas, somos sobreviventes.

Fui educada dentro da cultura afro-indígena, e mesmo depois de adulta, morando na capital, não consigo me afastar das minhas tradições, adoro pé no chão, terra, terreiros, canteiros, plantar, colher, tomar banho de rio e mar, cantigas, raízes, ervas, rezas e benzimentos. Desta maneira vou exercendo o meu direito de viver e narrar, em nome dos meus ancestrais que foram silenciados.

Quando criança, escrevia textos, poesias, redações, cartas para os vizinhos analfabetos, releituras de livros, escrevia nos muros da casa, até no filtro de barro. Minha mãe biológica trabalhava cuidando de idosos e minha mãe adotiva... sim, tive mãe adotiva, uma prima que ajudou a me criar, trabalhava com meu pai adotivo numa escola. Ela era a funcionária que cuidava do portão, da entrada de alunos, funcionários e de toda escola antes, durante e depois do fim do expediente.

Minha primeira infância foi numa casa dentro da escola de padre no interior do ES, a escola era meu quintal, aonde eu brincava e passava sala por sala olhando as tarefas nos quadros, o cheiro de giz que me dava espirros não me sai da memória olfativa, era onde eu catava restos de giz para escrever nos muros e no chão cascudo da quadra de esportes. Cresci ouvindo do meu tio avô as histórias dos meus ancestrais, desde a violência que sofreu a minha avó, do terreiro de candomblé do meu bisavô, da perda de poderes dele, porque maltratou um animal com espeto quente, e da transição religiosa da família (do candomblé para o catolicismo e nos anos 80 para religião evangélica).

Embora eu tenha passado junto com eles essa transição, depois de adulta, são os tambores que me tocam, as rezas e benzimentos me curam, mesmo sem frequentar assiduamente nenhum espaço religioso. Também cresci sabendo que é por meio dos estudos que podemos ser o que quisermos ser, assim enfatizava a minha família. Então, minha vida laboral começou bem cedo. Aos 15 anos eu já tinha uma vida financeira controlada, pagava minhas contas de roupas, sapatos, viagens e livros. Fui modelo de loja, babá, vendedora de réplicas de joias em prata, professora particular, *back vocal*, entre outras ocupações. Em 2013 ingressei no curso de Pedagogia na UFES- Universidade Federal do Espírito Santo.

Há 10 anos escolhi a profissão do magistério, iniciei minha carreira como pedagoga, depois de 6 anos fiz novos concursos para sala de aula. Deste modo, hoje atuo como regente na educação infantil e séries iniciais. Minha primeira experiência enquanto pedagoga foi em um município da grande Vitória, na Fundação Fé e Alegria, sendo um grande aprendizado, pois a diversidade era ponto central do projeto institucional. Ali, pude explorar os estudos juntos aos oficinairos de arte, capoeira, teatro e música, o resultado não foi outro, aprofundamento nos estudos indígenas e africanos. É incrível como o trabalho se torna grandioso quando percebemos nas reações das crianças e educadores a importância da história desses povos na construção de nossas identidades.

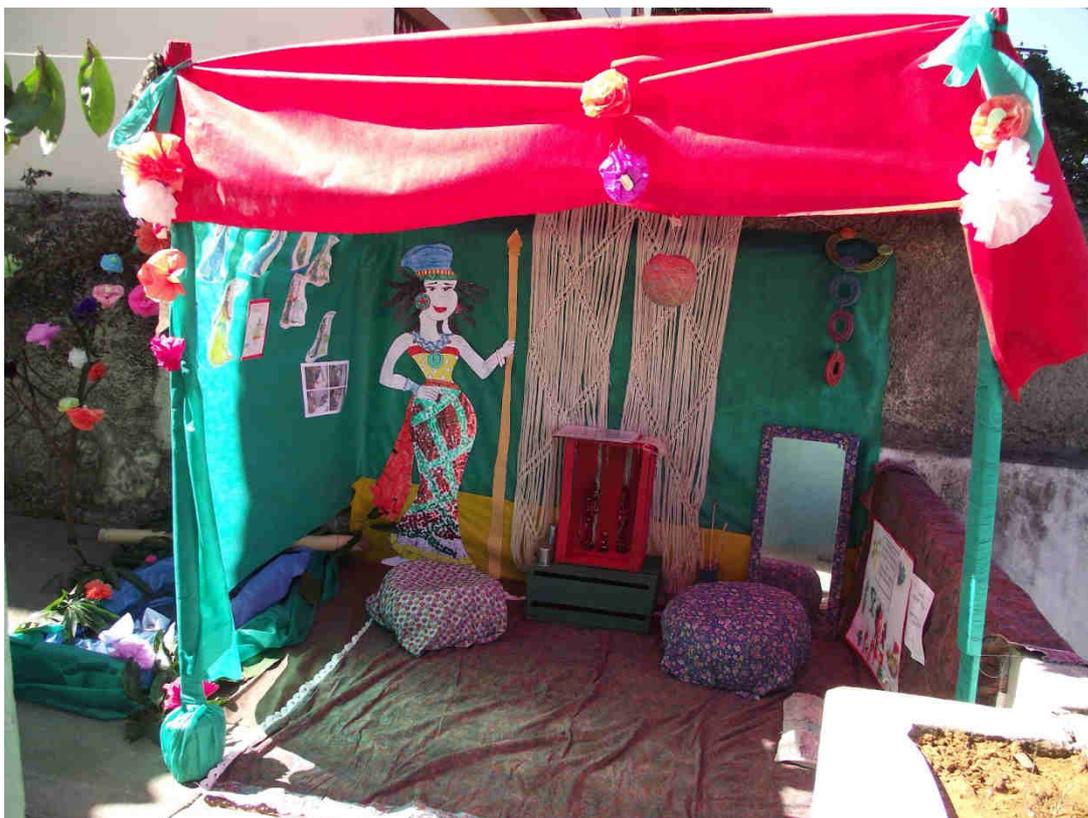
Mais tarde, em 2009, assumi meu primeiro concurso público, 2012 o segundo, nesses lugares, ocupei cadeiras de pedagoga, mas a ansiedade me consumia, pois, o tempo do coletivo era diferente do meu, esperar que o resultado seja exatamente como eu planejava me trazia uma vontade de “botar a mão na massa”, mas sabemos que a função de pedagogo (a) vem carregada de fazeres outros, que não permitem nossa entrega pedagógica, infelizmente. A partir dessa crítica e insatisfação nesse ato do “fazer”, comecei a criar outros roteiros profissionais e fiz novos concursos para professora. Mas tive uma experiência enquanto pedagoga que modificou toda minha vida e meu modo de pensar a pedagogia.

O ano foi 2012, numa escola que assumi a função de pedagoga, no qual tinha um projeto institucional aplicado a todos os CMEIS (Centro de Educação Infantil) do Município. O título era: “Príncipes e princesas”. O projeto já tinha sido desenvolvido antes da minha chegada, mas a culminância aconteceu na semana em que eu chegava. Recebi uma mãe, humilde, cabisbaixa, dizendo que suas filhas não participariam da (festa) culminância do projeto, pois ela estava desempregada e não tinha dinheiro para levá-las no salão para alisar os cabelos e nem alugar os vestidos de branca de neve.

A vergonha me consumia, pois mesmo eu não sendo a responsável pela aplicação do projeto que antecedeu à minha chegada, eu teria que conduzir uma culminância já arranjada, que implicava em violência contra a criança negra, contra a família humilde e contra todos os princípios que valoriza a diversidade étnica e cultural, tendo em vista que a cultura trabalhada no projeto era unicamente eurocêntrica. Expliquei a situação para aquela humilde mulher e lhe garanti que ela jamais passaria por aquilo novamente enquanto eu assinasse os outros projetos que viriam, mesmo sendo uma atitude insuficiente, era tudo que me restava.

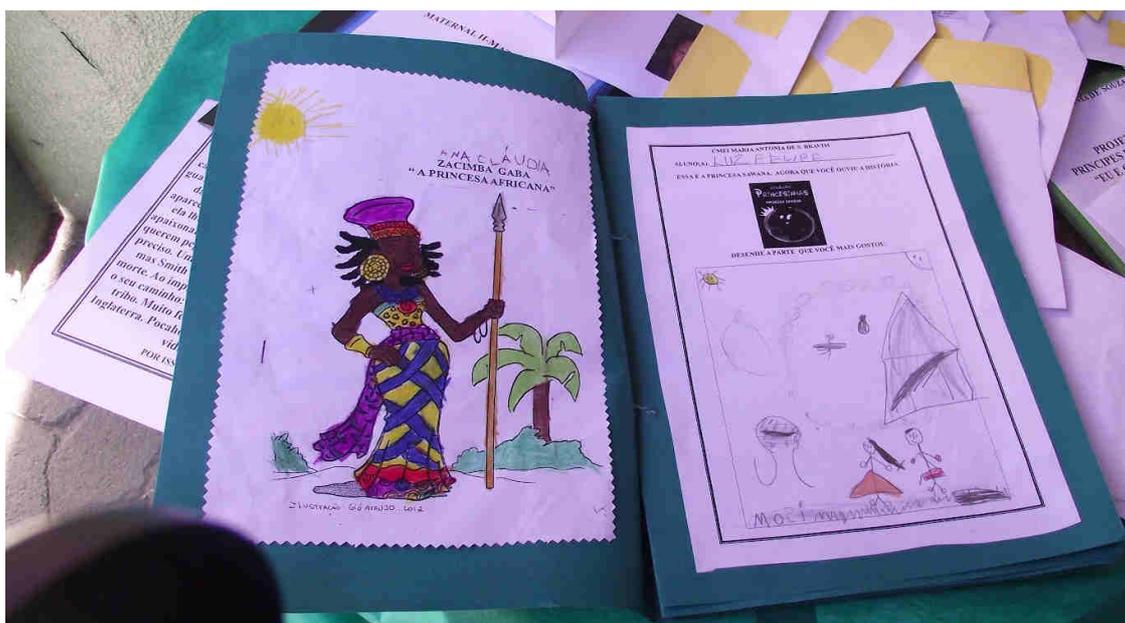
Logo após o evento, reunimos com a comunidade escolar e expomos o problema, fomos até a secretaria de educação e apresentamos ideia de modificação do projeto. Assim, no ano seguinte levamos a proposta de estudos para o grupo, estudamos várias temáticas da diversidade, construímos o PPP (Projeto Político Pedagógico) e incluímos o projeto novo, com estudos de princesas e príncipes de outras etnias, como africana e indígena. E ao avaliarmos junto às crianças, percebemos a importância que foi acrescentarmos outros olhares no projeto. Deste modo, outros espaços nos procuraram para modificarem os seus projetos também.

Nas imagens abaixo, podemos demonstrar como foi esse exercício, que foi pensar elementos africanos e indígenas para dentro da escola, por meio de filmes, desenhos, histórias infantis, imagens, elementos físicos das culturas estudadas. Na culminância, foi pensado vários cantos/espacos que remetesse às culturas estudadas, como a prática antiga era um castelo das princesas, seguimos a lógica de trabalhar o espaço com elementos da cultura apresentada, ainda que com falhas nas quais observamos hoje, mas na época utilizamos o que tínhamos visto que até a internet era demasiadamente ruim.



Cabana africana da princesa Cacimba Gaba- 2012, acervo da autora

Atividades das crianças:





Mesmo trabalhando a temática desde 2009, após esse trabalho o desejo de implementação das leis 10.639/03 e 11.645/08 nunca mais passaram despercebidas nas minhas práticas pedagógicas.

Percebi que a necessidade de levar essas leis como bandeira de luta era uma questão de honrar nossos ancestrais, para que suas histórias, tradições e lutas mantivessem presentes na forma de conhecimentos outros, tão negados na educação eurocêntrica e hegemônica. Desta forma, descobri um potencial gerador de conhecimentos, a literatura infantil africana- afro-

brasileira e indígena.

Deste modo, o período de 2009 até 2014, foram anos de muitos estudos e cursos dentro da temática africana e afro-brasileira, onde me encorajei em 2015 a escrever a história da Zacimba Gaba, princesa guerreira, que foi sequestrada em Cabinda na África e colocada numa fazenda em São Mateus-ES. Ela lutou bravamente e conseguiu fugir, durante vários anos lutava em alto-mar para libertar negros e negras que chegavam sequestrados.

A narrativa desta história, foi pensada para atrair atenção das crianças e adolescentes para uma história que aconteceu e na oralidade dos antigos, ela continua viva nas comunidades de herança quilombola do Norte do ES. Trazer essa narrativa movimentou minha vida para uma luta maior que eu imaginava, que é defender o direito do aprendizado e conhecimentos por meio da literatura infantil afro-indígena e africana. Busco nas literaturas os protagonismos dos negros, negras e indígenas, potencializando nas crianças elementos que acendam a fogueira da curiosidade, do interesse, do gosto pelo que ouve e principalmente do orgulho e sentimento de pertença.

Observando essas demandas, o livro: *Zacimba Gaba, princesa guerreira -A história que não te contaram*, de minha autoria, revelou-se um material potencializador da aplicação da lei 10.639-03, no qual até 2017, mapeei mais de 100 instituições que mobilizaram e desenvolveram projetos relevantes a partir da leitura. Visitei várias escolas e percebi que muitos (as) professores (as), sentiram-se orgulhosos por terem a primeira literatura infantil capixaba com história de uma princesa negra, com narrativa e imagens pensadas para atender o público da Educação infantil e Ensino Fundamental. Para nossa surpresa, ele circulou até as Universidades.

Algumas escolas e Ongs, surpreenderam-me pela qualidade dos projetos, as releituras, os teatros criados e as atividades coletivas. Ouvir as crianças exaltando a história de luta e resistência dessa princesa foi o que nos proporcionou uma avaliação de que temos muito o que fazer, pois as crianças recebem muito bem os conhecimentos que muitas vezes lhes são negados, visto que muitos currículos eliminam conteúdos dos povos africanos, asiáticos, latinos, indígenas, ciganos e qualquer outra etnia ou grupo que mostre nossa diversidade.

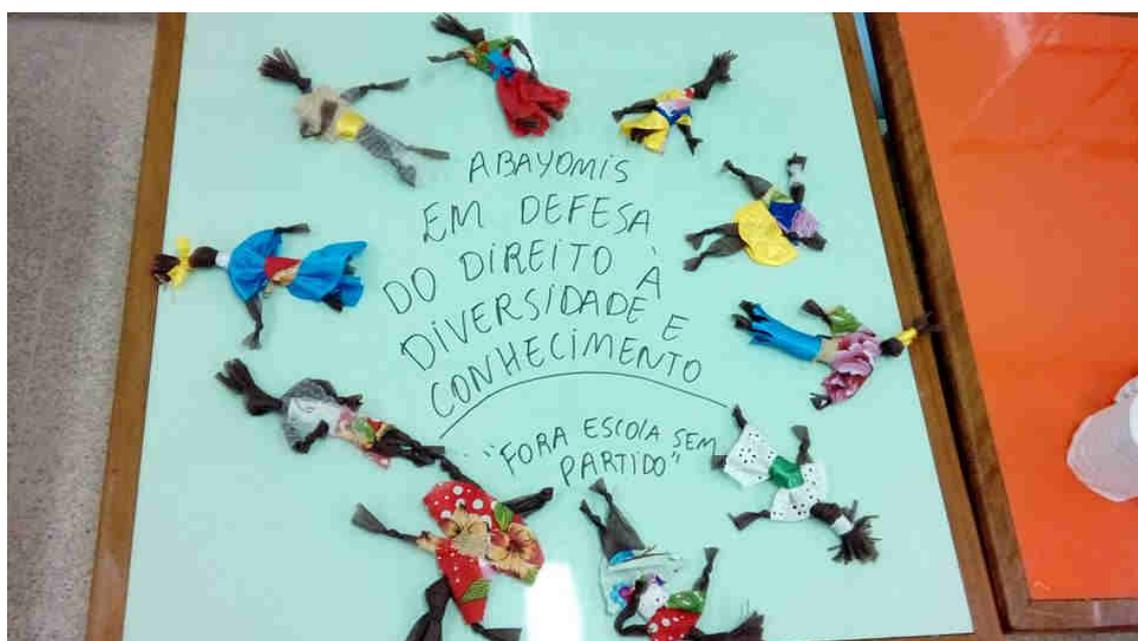
Seguem abaixo algumas imagens de trabalhos realizados em escolas municipais.



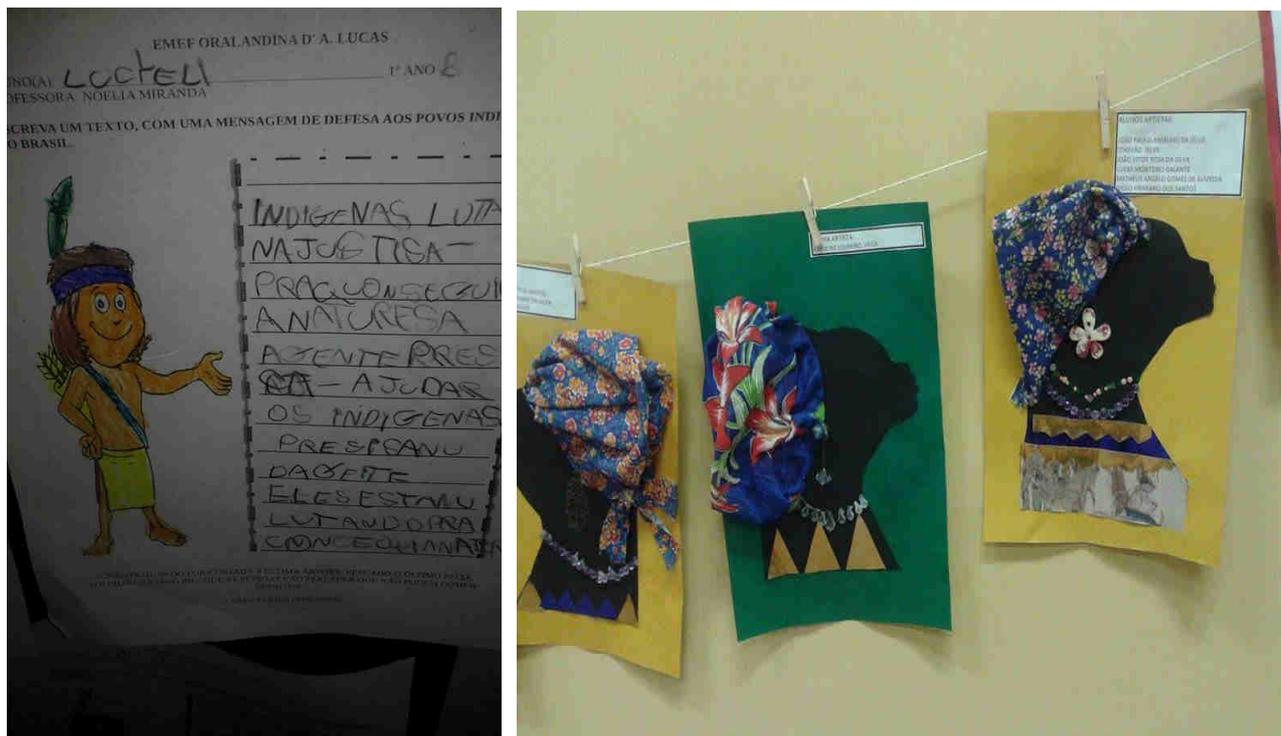
ONG-Obra Social Nossa Senhora das Graças, acervo da autora.



Cmei Silvanete - São Pedro-Vitória-ES, acervo da autora.



Cmei Padre Giovanni Bartesaghi, acervo da autora.



EMEF Orlandina d' A. Lucas, acervo da autora.



EMEF São Vicente de Paulo- Vitória-ES, acervo da autora.

Toda essa experiência acabou motivando vários profissionais da educação, entre eles, meu esposo Gió Araújo. Ele já tinha publicações infanto-juvenis e percebendo a importância da temática, inspirado na minha pessoa, criou a personagem para seu novo livro chamado: "Mirandinha, a menina que queria pegar uma estrela", a personagem transitou muitas escolas e junto com a Zacimba Gaba formaram uma dupla (uma menina sapeca sonhadora e uma jovem guerreira) ambas

negras.

O livro da Mirandinha, no qual participei como compositora das músicas que ajudam a contar a história, reforça vários aspectos positivos necessários no ser humano, tais como liderança, solidariedade, persistência e ainda traz os ritmos musicais de origens africana e indígena. Deste modo, as histórias se encontram agradando o público infantil, tendo em vista que o protagonismo tanto da Zacimba como da personagem Mirandinha, trazem narrativas de encantamento e curiosidade.



Lançamento dos livros no IPN-RJ -2016 Gió Araújo e eu, Foto: Rafael Luz.

Deste modo, seguimos nosso caminho profissional, colaborando na crítica das escolas que insistem em práticas que representa a colonialidade do poder e do conhecimento, compondo escrituras pedagógicas que tornam visíveis as histórias e os conhecimentos de nossos ancestrais negros e indígenas. Estar na escola, exige o pensar certo, como afirma o nosso mestre Paulo Freire. E pensar certo, exige postura exigente conosco, disciplina, estudos, disponibilidade de tempo para pesquisar, ainda que escasso devido a rotina pesada de 10 horas ou mais de trabalho diário. No entanto, percebemos que temos que problematizar nosso tempo e construir a crítica sobre a herança do colonialismo dentro dos nossos currículos.

Minha prática enquanto professora e escritora aprendiz, pensa a educação com abraços dos fazeres culturais, com canto, dança, música, artes em geral, filosofias, políticas, poesias e demais linguagens que humanizam. E assim, inacabados, vamos buscando dignidade em nossa profissão, reafirmando que sim, podemos transgredir princípios racistas e preconceituosos. Sim,

podemos descolonizar o currículo. Sim, é possível estar no mundo, fazer a diferença e buscar a boniteza do ser professor (a).

Noélia da Silva Miranda de Araújo: Especialista em Psicopedagogia Institucional, graduada em Pedagogia pela Universidade Federal do Espírito Santo – UFES, escritora do livro “Zacimba Gaba, princesa guerreira, a história que não te contaram”. Atua nas seguintes temáticas: Literatura africana, afro-brasileira e indígena infantil e infanto-juvenil, princesas de outras etnias, meninas negras na literatura, rua, infância, espaço público e educação pública. Desenvolve projetos antirracismos nas escolas da rede municipal de ensino de Vitória.

Artigo recebido para publicação em: Abril de 2018.

Artigo aprovado para publicação em: Maio de 2018.